

ORGANIZADO POR



CON EL APOYO DE



FORO CÚCUTA

F Ó R U M D A S O C I E D A D E
C I V I L L A T I N O - A M E R I C A N A
E D O C A R I B E P A R A
A P R E V E N Ç Ã O D E
A T R O C I D A D E S E M M A S S A

P A Í S E S A N D I N O S

O seguinte documento compila as discussões e tópicos tratados por ocasião das Oficinas Sub-regionais desenvolvidas no Fórum da Sociedade Civil Latino-americana e do Caribe para a Prevenção de Atrocidades em Massa (Fórum Cúcuta).

No contexto do Fórum de Cúcuta, coorganizado pela Coordenadora Regional de Investigações Econômicas e Sociais (CRIES) e o Stanley Center for Peace and Security, visando reunir membros de organizações da sociedade civil e acadêmicos, a fim de oferecer um espaço que permita a construção de redes, fortalecer e gerar ferramentas que são necessárias para o desenvolvimento do trabalho diário dos participantes do Fórum e propiciar recomendações que promovam maior consciência dos riscos presentes nas três sub-regiões da Amé-

rica Latina e do Caribe: América Central, os Países Andinos e o Cone Sul. Alicerçado no Marco de Análise para Crimes de Atrocidades, elaborado pelas Nações Unidas em 2014, circunscrito previamente aos participantes, o trabalho em pequenos comitês sub-regionais teve como finalidade, a partir da análise sobre os problemas regionais, focar especificamente naquelas tendências e situações subjacentes referentes às sub-regiões, para logo avançar com a abordagem conjunta do desenho de estratégias e ações, tanto regionais como locais, para a construção de resiliência e a prevenção de atrocidades em massa.

CONTEXTO

El 23 de junho de 2021, realizou-se a Terceira Oficina Sub-regional que tratou da Análise da Prevenção de Atrocidades em Massa nos Países Andinos. Na última década, esses países sofreram grandes choques sociais e estruturais como resultado de anos de abandono do Estado, falta de instituições, tráfico de drogas, pobreza extrema, corrupção, governos autoritários que se perpetuaram no poder, entre outros problemas que impediram que esses países conseguissem superar estes desafios a fim de serem menos excludentes e mais equitativos.

Em outubro de 2019, a agitação social levou milhares de pessoas a se manifestarem em diferentes partes do mundo. Na Região Andina, o Chile, Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela enfrentaram protestos por diversos motivos, com conotações violentas que deixaram pessoas mortas, feridas e destruição. Entre as razões que motivaram as manifestações estão: a falta de reconhecimento de direitos, o aumento dos preços de produtos e serviços básicos, altas taxas de desemprego, assassinatos de lideranças sociais, divergências políticas, entre outras.

A explosão social chilena deixou um saldo de 36 mortos pelos protestos ocorridos entre outubro de 2019 e março de 2020. Embora essa explosão tenha sido produto, a priori, do aumento das tarifas de transporte público, várias organizações sociais e grupos de cidadãos somaram-se à manifestação social, que redundou na mudança da Constituição chilena. Os protestos produziram uma grande quantidade de denúncias de abuso de uso de força de parte de militares e policiais. Da mesma forma, as denúncias de repressão e as tentativas de autoritarismo foram dirigidas aos altos funcionários do Estado chileno devido às medidas impostas aos cidadãos para evitar a explosão social.

Caso semelhante sucedeu na Bolívia, depois que os partidos da oposição do então presidente Evo Morales, do partido MAS, acusaram seu governo de realizar eleições fraudulentas devido à interrupção de mais de 24 horas na contagem dos votos. Cidadãos e partidos políticos exigiram nas ruas a recontagem dos votos que resultou em um segundo turno eleitoral. Esses protestos, ocasionaram a renúncia de Evo Morales. Apoiadores do ex-presidente saíram às ruas afirmando que a presidente interina, Jeanine Añez, estava instaurando um regime contra as crenças pluralistas dos povos indígenas bolivianos, e que ela representava uma parte da população racista e classista que queria adonar-se do poder. Durante os últimos confrontos entre as forças armadas e os manifestantes, houve mais de uma dúzia de prisões arbitrárias, centenas de feridos e aproximadamente cinco mortos.

No Equador, de 3 a 13 de outubro de 2019, foram registrados protestos de diferentes grupos sociais: indígenas, caminhoneiros, estudantes, trabalhadores, entre outros, que protestaram contra a eliminação dos subsídios aos

combustíveis decretada pelo presidente Lenín Moreno, em resposta a um acordo com Fundo Monetário Internacional. Após decreto do estado de emergência, toque de recolher e onze dias de manifestações, em sua maioria concentradas em Quito, Moreno suspendeu a medida e chegou a um acordo para dialogar com diversos setores da sociedade antes de estabelecer uma política de direcionamento dos subsídios aos combustíveis. Os protestos deixaram 10 mortos e mais de 1.340 feridos.

Na Colômbia, diversos setores sociais uniram-se para expressar seu descontentamento com a presidência de Iván Duque por diversos motivos, entre eles: reforma tributária, falta de proteção aos líderes sociais do país, gestão do governo do acordo de paz assinado com as FARC-EP e as tentativas de revogação da Jurisdição Especial de Paz (JEP), casos de corrupção governamental e políticas ambientais adotadas. Várias reclamações foram registradas por busca e apreensão a centros jornalísticos independentes e organizações sociais. Os protestos duraram dois meses, até fevereiro de 2020, onde foram denunciadas detenções arbitrárias e uso excessivo da força pelo Esquadrão Anti-Distúrbios. Também foram feitas denúncias pela criminalização do protesto por parte de dirigentes políticos. Esses protestos deixaram milhares de feridos entre policiais e manifestantes, quase duzentos casos de violência contra jornalistas, milhares de desaparecidos durante este período e 100 civis mortos.

No caso venezuelano, as constantes revoltas contra o regime de Nicolás Maduro, bem como o êxodo em massa de seus habitantes, devido à crise política, econômica e institucional que atravessa este país, tem gerado graves conflitos que se agravam pela falta de capacidade de gestão da migração por parte dos países latino-americanos, que receberam milhares de venezuelanos em seu território. Por outro lado, a Venezuela continua imersa na pobreza extrema, apresentando hiperinflação e fechamento de fronteiras. Os mercados ilegais para o trânsito de pessoas nas fronteiras com a Colômbia, Equador, Peru e Brasil agravam o frágil status migratório de quem é forçado a deixar seu país de origem. Além disso, os confrontos contra atores armados ilegais na fronteira com a Colômbia deixam cercados aqueles que decidem ficar.

Ao problema explicitado soma-se à pandemia global causada pela Covid-19 que exigiu o redirecionamento de recursos públicos para fazer frente à emergência sanitária, produzindo graves consequências como elevados níveis de desigualdade, impossibilidade de acesso aos direitos básicos e protestos sociais pela gestão da crise de saúde pelos governos.

FATORES DE RISCO COMUNS

Com base no Marco de Análise de Crimes de Atrocidade, a oficina identificou fatores comuns nos países andinos, que podem gerar um ambiente no qual a escalada da violência origine uma maior probabilidade de que se cometam crimes de atrocidade. Alguns desses fatores são estruturais, mas outros estão relacionados a eventos específicos que geraram conflitos sociais de grande repercussão na região andina.

F1

Situações de conflito armado ou outras formas de instabilidade

F3

Debili-dades das estruturas do Estado

F5

Capacidade para cometer crimes de atrocidades

F7

Circunstân- cias propícias ou ações preparatórias

F9

Tensões intergrupais ou padrões de discriminação contra grupos protegidos

F11

Indícios de ataque generalizado ou sistêmico contra uma população civil

F14

Graves ameaças contra operações humanitárias ou de manutenção da paz

SITUAÇÕES DE CONFLITO ARMADO OU OUTRAS FORMAS DE INSTABILIDADE

Os participantes da oficina consideram que alguns dos fatores estruturais dos países andinos são: a incapacidade de redistribuir os recursos de forma adequada para que seus habitantes possam usufruir dos benefícios básicos, a falta de oportunidades de trabalho, fragilidade institucional, instabilidade política, corrupção e má gestão da economia pré, durante e pós pandemia Covid-19. Estes fatores têm gerado desigualdade e democracias com pouca confiabilidade por parte de seus cidadãos.

Além disso, a oficina confirmou que um dos fatores de risco proeminentes é a prevalência de mercados ilegais e sua ligação com a pobreza. Com referência a este ponto, foi discutida a ampla relação entre esta atividade ilegal como uma saída fácil das adversidades causadas pelas desigualdades estruturais e a falta de compromisso político para encontrar uma solução que vá além da proibição e da criminalização dos consumidores.

A influência do tráfico de drogas pode ser observada em toda a sub-região. Os confrontos por territórios, as rotas de circulação das drogas, o controle do mercado interno e a lavagem de dinheiro fazem de pedaços de territórios, campos de batalha. A evolução de estruturas guerrilheiras e paramilitares para narcotraficantes (no caso da Colômbia), a expansão dos cultivos ilegais e a especialização da produção fazem com que cada dia seja mais difícil acabar com o problema do narcotráfico. Existem comunidades onde se permeou a cultura e cedeu o lugar para a chamada "narco cultura", que supervaloriza a capacidade de possuir bens materiais e extravagantes acima da própria vida. Isso significou inclusive a reinvenção de táticas do Estado para combater o fenômeno do narcotráfico em conjunto com outros países, como entre a Colômbia e o Equador, onde o conflito conseguiu atravessar as fronteiras e gerar crises nas populações fronteiriças.

DEBILIDADE DAS ESTRUTURAS DO ESTADO

Os regimes autoritários de governo que permaneceram nos últimos anos na maioria dos países andinos enfraqueceram as instituições públicas e a sociedade civil. Por isso a sociedade civil dos países andinos enfrenta grandes desafios tanto para superar sua fragmentação quanto para recuperar a participação cidadã como importante ator na esfera pública.

Além disso, a fragilidade institucional tem aberto caminhos para que grupos armados ilegais e traficantes de drogas criem estados paralelos que implementem funções que corresponderiam ao Estado, como proteção, justiça, garantia de trabalho e fornecimento de alimentos. Situação que se agravou com a chegada da pandemia e a má gestão desta crise sanitária.

Toda esta situação e alguns fatores próprios de cada país causaram mal-estar, indignação e descontentamento na população dos países andinos, a ponto de levá-los aos protestos sociais acima mencionados. Os protestos sociais na maioria dos países andinos receberam respostas governamentais pouco estratégicas, com processos de diálogo impositivos que elevaram o nível do conflito, apresentando uma repressão na qual o uso excessivo da força é comum, juntamente com a criminalização da violência.

CAPACIDADE PARA COMETER CRIMES DE ATROCIDADE

Em todos os casos citados, evidencia-se a limitada capacidade de diálogo entre o governo e a sociedade civil, além de um retrocesso no espaço cívico. O uso excessivo da força para apaziguar o protesto social, levou não só a prisões e represálias contra lideranças sociais, mas também ao uso de grupos armados que com supostas armas “não letais” causaram muitas mortes e feridos.

Participantes da Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela identificaram a presença de grupos armados nos protestos, cuja origem não pode ser determinada com clareza, o que motivou instabilidade e violência nas ruas, polarizando os atores e aumentando o nível de conflito. Apesar de governos e setores da sociedade civil afirmarem que esses grupos não pertenciam às suas facções, em nenhum país foram tomadas medidas para

identificar e punir adequadamente essa ação. Essas ações se somam à falta de julgamento dos atores que cometeram crimes e abusos nas manifestações sociais.

Soma-se a isso a necessidade de uma reforma judicial na região, que implemente um sistema transparente e livre de corrupção. Além disso, os participantes consideram que, embora a segurança do cidadão seja importante, os abusos da força e o uso de armas “não letais” provocam fraturas na capacidade de acesso à participação e incidência por parte da sociedade civil.

FATORES DE RISCO ESPECÍFICO

Considerando os fatores de risco comuns explicados acima, existem três fatores de risco específicos que foram identificados pelos participantes da oficina e que devem ser considerados: (1) as tensões entre o governo e diferentes setores da população civil, (2) o ataque generalizado contra a população civil e, (3) ameaças contra pessoas protegidas pelo direito internacional humanitário.

TENSÕES ENTRE O GOVERNO E DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE CIVIL E ATAQUES GENERALIZADOS CONTRA DIVERSOS ATORES DA POPULAÇÃO CIVIL

Nos países da região andina, as tensões motivadas por conflitos, desigualdades ou a busca de interesses próprios por parte das lideranças políticas têm causado rupturas no tecido social, cada vez mais difíceis de corrigir. Dentre os fatores de risco específicos, constatamos que a região carece de mecanismos ou iniciativas nacionais para administrar tensões ou conflitos entre os diversos atores da esfera pública e, principalmente, entre governo, cidadãos e partidos políticos.

No caso da Bolívia, percebe-se como o processo eleitoral responde às lógicas de poder dos governos que estão no poder e carecem de transparência. Esse fator também ocorreu em outros países da região, o que

destaca a necessidade de implementar sistemas abertos que garantam um processo eleitoral independente e claro.

Por outro lado, em países como Equador e Peru, a sociedade civil identificou a necessidade de se fortalecer como setor para poder influenciar e dar voz ao cidadão na agenda governamental, evitando que a tensão com o governo se transforme em um incontrolável conflito social, no entanto, são necessárias estratégias e ferramentas para atingir este objetivo e, acima de tudo, para gerir a questão da interculturalidade.

Especificamente na Colômbia, os ataques a ex-inte-

grantes das FARC-EP, dentro das áreas delimitadas para a reintegração à sociedade, após a assinatura da paz, se enquadram como um fator de risco específico que deve ser considerado, já que deixou um saldo de cerca de 250 pessoas assassinadas. Um panorama muito semelhante ao das lideranças sociais que acompanham o acordo e lideram as iniciativas para levar desenvolvimento às áreas rurais e pobres da Colômbia, que deixa um saldo aproximado de 1.200 lideranças assassinadas desde a assinatura do acordo.

Em cada país existem particularidades nos conflitos e ameaças a determinados grupos, estes exemplos denotam a complexidade de cada caso, o que torna difícil identificar a dinâmica dos conflitos e gerar recomendações para estabelecer processos de resolução mais viáveis e humanos.

AMEAÇAS CONTRA PESSOAS PROTEGIDAS PELO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Os participantes observaram que os conflitos baseados na identidade e na interculturalidade aumentaram na região andina. Em outros casos como o da Colômbia, Chile, Equador e Bolívia, o direito de protesto foi violado durante explosões sociais, com ataques diretos a jornalistas, defensores dos direitos humanos, lideranças indígenas, entre outros, além de judicializar o protesto social.

No caso da Venezuela, apesar dos esforços da comunidade internacional para evitar qualquer tipo de atrocidades cometidas, abusos de autoridade ou uso da força contra o grande número de cidadãos que deixaram o país, o governo não reconhece a emergência humani-

tária. Esta situação colocou em perigo os defensores dos direitos humanos e as organizações não governamentais que foram pressionadas e hostilizadas de várias maneiras, tornando o trabalho humanitário não apenas perigoso, mas extremamente difícil.

Como ficou evidente as ameaças contra defensores dos direitos humanos e missões humanitárias estão presentes independentemente de ideologias políticas ou situações de estabilidade presumida. Trabalhar para dar espaço à transparência e ao controle sem correr riscos é essencial para avançar na conquista do desenvolvimento social.

RECOMENDAÇÕES

- Criar mecanismos que abram espaços de diálogo dentro dos diferentes grupos sociais, a fim de esclarecer suas reivindicações e elaborar estratégias que tenham incidência nas políticas públicas.
- Desenvolver capacidades de diálogo nas bases populacionais para identificar demandas e criar roteiros para solucionar os conflitos surgidos nos últimos anos.
- Dar prioridade ao empoderamento da sociedade civil em vez de aos grupos policiais e militares, pois esses grupos precisam aprender a administrar os conflitos sem violência para evitar sua escalada e ter uma intervenção mais bem-sucedida.
- Os países andinos precisam de um novo processo de reformas judiciais, que recuperem a confiança dos cidadãos e respondam às demandas de justiça dos diferentes atores da sociedade.
- Apoiar a regularização dos emigrantes venezuelanos nos diferentes países andinos onde se encontrem, para estabilizar esta questão e evitar problemas de repressão e xenofobia.
- Os países andinos precisam desenvolver estratégias de criação de empregos que melhorem a situação de seus cidadãos e ao mesmo tempo incorporem os migrantes venezuelanos.
- Proteção das lideranças sociais em sua função de defesa dos direitos humanos e na atuação junto à população a que pertencem.
- Buscar medidas alternativas de combate ao narcotráfico que vá mais além do proibicionismo, como ferramenta para controlar e diminuir o impacto negativo que tem na sociedade.
- Desenvolver projetos que tratem de mitigar os danos causados pela pandemia COVID-19 e reativar a economia para atender às reivindicações sociais.
- Fazer ajustes na legislação e tomar medidas que evitem a criminalização de protestos para evitar a escalada de conflitos.
- Responsabilizar e tomar medidas disciplinares contra os membros das forças públicas que comprovadamente abusaram de sua autoridade.